
O que ficou do Império
(*Index on Censorship*, nº 1, 1999)

A revista *Index on Censorship* de Janeiro de 1999 inclui um dossier dedicado a Portugal com o título «The Last Empire». Desde logo o título bombástico, a lembrar filme épico, daqueles que atraem multidões, nos surpreende: não nos reconhecemos nele. O dossier do *Index* é compilado a pretexto da devolução de Macau à China, agendada para Dezembro de 1999. Este acto é visto, do exterior, como o fim real e simbólico do Império português. Cá por casa, há muito que o «Império» desapareceu dos mapas da escola, e o vocábulo foi rasurado do discurso quotidiano. Se o pensamos, quando o pensamos, é como parte do passado – e de um passado remoto, bem mais velho do que os vinte e cinco anos que tem a Revolução. Porque a própria retórica do colonialismo Português ao tempo da Guerra Colonial – e diversamente do que se passou com outros colonialismos, como por exemplo, o inglês – era a retórica de uma pátria única, «Portugal do Minho a Timor». Sabemos que esse Portugal único era um mito; ainda assim, mesmo quando crescemos e nos educámos na oposição, negação e denúncia desse mito, ficou a fazer parte do nosso imaginário. Daí não nos reconhecermos no título, na forma como nos vêem. De fora.

Diferentes artigos oferecem percepções múltiplas da experiência colonial e pós-colonial portuguesa, e incluem vozes «de dentro»: Ana Duarte Melo, António Figueiredo, Vasco Graça Moura, Zeca Afonso («Grân-

dola»); vozes do «outro lado»: Sousa Jamba (Angola), Mia Couto (Moçambique), Ramos Horta (Timor); e ainda «de fora», de estrangeiros com conhecimento da cultura portuguesa: Hilary Owen (*Novas Cartas Portuguesas*), Landeg White (comentário a «Grândola»), Barry Lowe (Macau), David Tomory (Índia). Os diferentes artigos reflectem sobre a questão da nossa herança colonial, e adoptam, em geral, a retórica do multiculturalismo, que permite repensar as «Descobertas», o colonialismo e o pós-colonialismo como um «encontro de culturas». Esta retórica é a mais politicamente correcta nos nossos dias, e a única que nos permite pensar uma reconciliação entre povos com um passado de sangue. Tem, no entanto, os seus perigos, nomeadamente o esquecimento das assimetrias desse «encontro cultural», as relações de poder e de exploração de um povo – ou de um poder – por outros. Como muito bem lembra David Tomory na sua contribuição «Reluctant Heritage», onde comenta a polémica em torno das comemorações da chegada de Vasco da Gama à Índia, a «herança», ou o negócio da herança, permite a recuperação das coisas bonitas – a gastronomia, a música, o artesanato – para consumo de todos, à custa do esquecimento do lado trágico da história.

Segundo a versão, actualmente predominante, das relações coloniais como essencialmente relações de «intercâmbio cultural», a nossa contribuição para essa herança comum teria então sido o fado e a saudade. Subscrevendo esta posição, escreve Ana Duarte Melo: «Fado, Portuguese blues, and saudade ...is everyday currency among 140 million Portuguese speaking Brazilians, as

well as in Angola, Mozambique, Guiné-Bissau, Cape Verde and São Tomé e Príncipe». Não sei se será possível sustentar este mito perante o cenário dos dirigentes da Junta Militar da Guiné-Bissau, com um português reduzidíssimo ou nulo, a precisar de tradutor. Achará Assumane Mané que o fado é parte da sua herança?

Este exemplo obriga-nos a reflectir sobre a real implantação da língua e da cultura portuguesas nos vastos e longínquos territórios que Lisboa administrou, de forma algo displicente, durante séculos. Sousa Jamba, no artigo intitulado «A Morsel of Honey», dá uma resposta a esta pergunta no contexto angolano, que talvez se aplique às outras «províncias ultramarinas». Aí coloca em oposição uma cultura urbana, de «assimilados», que passa pela adopção da língua portuguesa e mesmo pela recusa em aprender as línguas *bantu* locais, e uma cultura rural, local, poliglota e africana. Esta oposição teria continuado no período pós-independência e verificar-se-ia ainda actualmente, colocando aos Angolanos problemas em assumir uma identidade múltipla, com componentes portuguesas e africanas.

Nos territórios ainda mais distantes de Timor e Macau, a língua não parece ser a principal herança deixada pelos portugueses. Segundo Ramos-Horta, em entrevista dada pouco depois das primeiras notícias sobre o massacre de Alas, e antes das negociações que levariam à realização do referendo, apenas uma minoria dos timorenses falaria português. Este facto é, de resto, evidente nas reportagens televisivas dos trágicos acontecimentos dos meses de Agosto e Setembro de 1999, onde pode observar-se que apenas as gerações mais velhas, ou os jovens educados nos seminários, são falantes de português. Ainda de acordo com Ramos-Horta, em Timor a religião, o futebol, a música e a dança seriam as principais heranças. Não é difícil constatar a centralidade da religião, reforçada como marca da diferença durante os vinte e

quatro anos de luta contra a Indonésia e patente nas imagens dos refugiados que todos vimos, agarrados a terços e Senhoras de Fátima. A questão da dificuldade de identidade nem é colocada pelo dirigente timorense nesta entrevista, o que não surpreende. Timor Lorosae ainda se encontra num processo de construção da sua independência, logo num momento histórico em que importa sublinhar a unidade.

Um pouco à margem destas questões situa-se o artigo de Hilary Owen, «Exiled in its own Land», uma breve história da publicação e do processo de censura a que foi sujeita a obra *Novas Cartas Portuguesas*. A ligação deste livro e do texto de Owen à questão colonial acaba por ser metafórica, pese embora a pertinência da metáfora do exílio quando aplicada à escrita de mulheres.

A multiplicidade de vozes neste dossier é evidente: vozes de Portugal, Moçambique, Angola etc., que nos facultam diferentes abordagens e reflexões sobre o que ficou do Império. Há, no entanto, alguns silêncios, nomeadamente no que se refere às comunidades africanas residentes em Portugal, e que resultaram do desmembramento do Império de que se fala. Ainda que Landeg White as refira no seu artigo «Empire's Revenge» – «tens of thousands remain outside society» – e refira ainda o racismo de que são vítimas, a existência deste grupo de largos milhares de pessoas a viver em Portugal resume-se a uma breve referência, à qual não se segue uma história contada na primeira pessoa. E que seria uma componente indispensável para uma reflexão verdadeiramente múltipla sobre o colonialismo português e as múltiplas identidades que nele se forjaram, e se continuam forjando.

Este silenciamento corresponde ainda a uma «história sem tragédia». A que também nos convém, a que é adoptada em programas da televisão do Estado como «Atlântico» (RTP1). Este programa, celebratório da herança comum da Lusofonia – centrada embora no eixo Portugal/Brasil – é

exemplo desta retórica, a qual, ainda que de sinal político contrário, é ainda herdeira de «Portugal do Minho a Timor». Estaremos a substituir um mito por outro, em que a assimetria das relações se mantém, sob a capa de uma «herança comum»? Mia Couto em «A Celebration in Waiting», a sua contribuição para o *Index*, chama a atenção para a necessidade de uma nova relação, em que todas as partes se constituam como sujeitos. Só assim poderá haver uma verdadeira celebração das «Descobertas» — e uma herança verdadeiramente «comum».

Acrescente-se ainda um apontamento sobre os textos deste dossier que nos colocam na oposição de objectos, e que se situam no exterior da questão colonial propriamente dita. Significativa é a escolha do poema «Crónica», de Graça Moura, para abrir: aí se fala de mar, navios, despedidas, tempestades, ventos, algas e corais — a parafernália de que se faz uma certa imagem de Portugal. Vasco Graça Moura é um bom poeta; a questão aqui é a escolha deste poema e não outro. Foi escolhido este, imagino, porque se encaixa às mil maravilhas na imagem pré-concebida de um país cujos discursos historiográfico e poético ainda têm por centro a Época das Descobertas e a nostalgia a ela ligada — o que nos ficou de um império de cujo último estilhaço o país agora se despede, e que se calhar não chegou verdadeiramente a ter. Estamos perante um discurso que já não se adequa à nossa realidade, cada vez mais europeia, mas que talvez corresponda ainda a um imaginário que continua a prevalecer, de acordo com o qual construímos a nossa imagem, e pelo qual os outros (ainda) nos vêem. Que encontramos, por exemplo, nas letras das canções do Festival da Canção. E que é muito bem parodiada no programa da BBC que a TVCabo transmitiu, «The Tony Ferrino Phenomenon». Neste programa a personagem de Tony Ferrino, um cantor pretensamente português, aparece com os «irmãos», vestidos de pescadores, a cantar o mesmo

refrão até a náusea: «peixe e mariscos, peixe e mariscos». O nome é italiano, Tony fala um português arraçado de castelhano e italiano, e corresponde a uma imagem estereotipada dos «homens do Sul» em geral. O retrato é ofensivo; mas a culpa é talvez também um pouco nossa, porque ainda não encontramos, para falar de nós próprios, uma linguagem nova, alternativa às estafadas metáforas de mar e marinheiros.

Haverá forma de evitar o estereótipo quando se fala do «Outro»? Ou só se reconhece o estereótipo quando o «Outro» somos nós? Como quando Landeg White, professor numa universidade portuguesa e tradutor de *Os Lusíadas*, ao comentar «Grândola» no *Index*, a identifica como um fado, e a Zeca Afonso como fadista, acrescentando que a canção que serviu de senha para pôr a Revolução na rua serviria agora para vender azeite. Confundindo até a nossa inconfundível «Grândola» com a canção popular «Ó Rama, ó que linda rama». Porque o «Outro» não é percebido como múltiplo, mas como uno. Porque todos os portugueses cantam sempre e só fado. ■

Adriana Bebiano

227

Crónica de um Achamento (Alberto Oliveira Pinto, *Mazanga*. Luanda, INALD, 1998)

Mazanga, uma «novela», como se anuncia na página de rosto, de Alberto Oliveira Pinto, valeu ao seu autor o prémio literário Sagrada Esperança 1998. A atribuição do mais importante prémio literário angolano a esta obra distingue a sua qualidade, mas reflecte também uma nova tendência na literatura lusófona em geral, e angolana em particular. Passada a primeira onda marcadamente nacionalista que se seguiu à independência, e na qual era evidente uma

preocupação com a reescrita da história em termos claramente nacionais (isto é, em termos que enfatizassem a diferença e a distância em relação ao país colonizador e à sua cultura), verifica-se agora uma nova tendência. Na ficção que agora se escreve, a representação da história continua a ter um lugar central, mas de um modo algo diverso. A história é aqui reescrita (ainda, e sempre) como um encontro de culturas e o que dela emerge é uma nação híbrida, resultante desse encontro e da miscigenação que o acompanhou. Não se procura o diferente, mas o semelhante, a humanidade comum, tanto nos seus traços heróicos como nos seus traços mais humanos, e mesmo mesquinhos ou cruéis.

Esta novela de Oliveira Pinto é um bom exemplo desta nova forma de ver e escrever história, desde logo visível no simples folhear do livro, na alternância da mancha gráfica dos capítulos. A narração oscila entre uma voz narrativa em português e uma voz narrativa em que predominam o kimbundu e o kikongo, cuja impressão em itálico marca, desde logo visualmente, a diferença. Estamos, pois, perante duas perspectivas da história que se vão revelar confluentes, e não diametralmente opostas, como o seriam eventualmente numa literatura nacionalista de primeira geração.

Esta não é uma narrativa a preto e branco (passe a metáfora óbvia), mas multicolor, que coloca, desde a primeira hora, a mestiçagem no centro do império. Mestiçagem de etnias, de culturas e de línguas, e que se verifica não só entre portugueses e africanos, mas entre os próprios africanos, habitantes de Mazanga e mostrados na sua diversidade.

A narração «portuguesa» da história tem a forma de um diário de bordo de Jorge do Rosário, frade dominicano embarcado na expedição de Diogo Cão de 1485/1486. O próprio frade narrador é já mestiço, filho de negra forra de Lisboa, e nele coincidem duas memórias e duas histórias: a da mãe, da família Nsanda, e a dos frades portugue-

ses que o educaram e cuja religião adotou. As cantigas e as histórias que lhe contava a mãe, e que constituem a sua herança negra, criam nele o desejo de regressar às raízes, de conhecer esse outro povo que também é o seu. A bordo, Jorge do Rosário tem um lugar ambíguo – como é comum nas personagens mestiças –, gozando da autoridade do seu papel de religioso, mas sendo, por outro lado, olhado com desconfiança e desfavor pelos outros frades. As treze entradas do diário estão datadas entre 29 de Outubro e 17 de Novembro de 1486, durante a viagem de regresso de Diogo Cão a Lisboa, depois da tentativa falhada para dobrar o Cabo das Tormentas. No entanto a narração do frade – que está com febre, na qual o leitor adivinha a morte próxima – é, na verdade, feita essencialmente da memória da viagem para sul, quando as paragens ao longo da costa para aguadas haviam possibilitado o encontro de Jorge com o «seu» povo. E é este encontro que é o centro da história: da história pessoal de Jorge, que nos jovens Nsanda Kabasa e Nsanda Kakulo descobre dois sobrinhos e a família Nsanda; e da história do Império, fundado na criouliização.

As primeiras entradas do diário narram principalmente cenas de bordo – episódios do quotidiano, as referências habituais às febres e às tempestades, as representações teatrais para entretenimento de uma tripulação inquieta, a descrição dos companheiros de viagem etc. – mas narram também memórias da infância, nas quais já se insinua a «africanidade», pela presença de passos em kimbundu, fragmentos da herança materna.

À medida que a narrativa avança, Frei Jorge vai-se tornando progressivamente mais africano. Há um episódio que narra uma festa, em que participam as gentes do Mussulo e os portugueses, que é particularmente significativo porque representa como pacífico este encontro entre povos. Depois da festa, enquanto os portugueses se retiram, frei Jorge fica à conversa com Mani

Mussulo, com quem bebe malavu e fuma liamba, e de quem ouve uma história local, que descobre ser a sua. Diogo Cão acaba por autorizá-lo a ausentar-se da nau por três dias, de forma a poder assistir a uma cerimónia local, o kalandu, na qual o frade participa e que faz parte da sua «iniciação» à cultura local. Esta «crioulização» progressiva do frade – e da narrativa – reflecte-se na linguagem usada pelas diversas personagens e pelo narrador: o kimbundu vai ganhando espessura, o português é quase só suporte sintáctico. O próprio frade vai (re)aprendendo a língua, numa viagem de regresso a uma cultura que também é a sua, sem que, no entanto, abandone o rosário que traz ao pescoço, esse signifi-cante da sua outra metade.

Frei Jorge não é o único a aprender as línguas bantu: quatro «mussele», ou homens brancos, deixados naquelas paragens dois anos antes pela anterior expedição de Diogo Cão, fizeram-no, e viviam entre os nativos com mulheres nativas. A mestiçagem já começara, muito antes de o Império se ter implantado.

Intercalada com esta temos a narrativa local, a várias vozes, na qual os vocábulos kimbundu e kikongo abundam. Encontramos aqui as personagens mais velhas contando a(s) história(s) locais aos mais novos, principalmente a história da conquista dos kikongo pelos mundongo. A sociedade da Mazanga é ela própria resultado de uma mestiçagem entre povos invasores e povos locais, significada particularmente pelos pares Nsanda o Muti (filho do chefe) / Uatanda dya Menha, e Muftila (filha do chefe) / Mahonga. Acrescente-se que os dois gémeos filhos do chefe, Nsanda Kabasa e Nsanda Kikulo, são também mestiços, uma vez que a mãe era uma Kikongo. Nesta parte da narrativa predominam as tradições africanas da história oral e de narração colectiva, e da interpretação dos sonhos como parte integrante da História. Tradições incorporadas numa história que se conta em crioulo e se quer crioula na forma.

A co-habitação aparentemente pacífica entre os povos mundongo e kikongo vai ser perturbada pela chegada dos homens brancos, ou, mais concretamente, pelas armas de fogo que eles trazem, que todos cobijam, e que se obtêm a troco de escravos. Ao contar-se o início do tráfico de escravos (esse lado mais negro da negra história do colonialismo), a caracterização das personagens e a atribuição dos papéis de heróis e de vilões também não se faz a preto e branco, uma vez que em todos predomina a ambiguidade. E se são as armas trazidas pelos brancos a causa imediata do início do tráfico, é o chefe local, Nsanda Nzusu, quem aprisiona os Kikongo e os vende, incluindo a Uatanda, a noiva do seu filho Muti.

A narrativa termina com os kikongo em grilhões, e com o episódio de Nsanda Kabasa, possivelmente o chefe da geração seguinte, a opor-se à vontade do pai. E a optar pelo rosário como amuleto, enquanto recusa o lunga e o ngola, símbolos da sua própria cultura. O rapaz, que se sentira fascinado pelo rosário que Frei Jorge trazia ao pescoço aquando do encontro de ambos, acabara por achá-lo no bucho de um grande peixe que apanhara. Deste episódio se depreende que Frei Jorge morrera no mar, em frente à terra dos antepassados, e que aquelas águas lhe serviam de sepultura. A última imagem é de Nsanda percorrendo «com os dedos as contas do Rosário», no início de uma nova fase da história e de uma nova mestiçagem.

A representação de nação/nações na narrativa de Oliveira Pinto reflecte o nosso tempo (ou melhor, a retórica dominante no Ocidente no nosso tempo, muitas vezes desmentida pela prática política). Falo da tendência para defender a ideia da hibridização étnica e cultural, ou a história do colonialismo reescrita como um encontro de culturas e de povos.

Uma nota ainda sobre a presença dos abundantes vocábulos kimbundu e kikongo: enquanto dão à narrativa cor local, legítimi-

dade e autenticidade enquanto história dos povos em presença, tornam a leitura difícil para quem desconhece estas línguas, não obstante a inclusão de um glossário. A linguagem acaba assim por ter um papel central, e, de alguma forma secundarizar a trama. E se estamos em presença de uma ficção – como o próprio autor nos avisa em nota inicial, nem sabemos se Diogo Cão teria estado na Mazanga – esta é ainda uma ficção *histórica*, isto é, uma narrativa que pretende fazer passar aos leitores uma verdade histórica, ainda que também poética e largamente imaginada. Que de alguma forma se perde – pelo menos entre os leitores portugueses – no labirinto que a língua constrói. Fica, no entanto, esta políglotia, a multiplicidade de vozes, como a verdade incontornável deste encontro de civilizações. ■

Adriana Bebiano

Marc Berg e Annemarie Mol (orgs.), *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques and Bodies*. Durham / London: Duke University Press, 1998

O género discursivo em que as recensões se enquadram vive da possibilidade de se poder escrever sobre uma entidade unitária qualquer: um autor, um contexto, uma tradição, um modo de conhecimento, uma controvérsia, uma mudança. A leitura de uma recensão científica ou literária que começasse por esclarecer que o texto em questão era sobre um conjunto díspar de objectos deixar-nos-ia surpresos e, talvez, desinteressados. Para dar conta dos problemas colocados pela multiplicidade textual, recorremos a maior parte das vezes a uma metáfora visual e, assim, ou o texto se transforma num conjunto de aspectos ou

modos de ver um mesmo problema, autor, etc., ou, uma vez falhado o teste visual, acabamos por declarar que o texto é uma *amálgama* de pensamentos sem unidade «que fala sobre tudo e sobre nada». Assim, as metáforas e outros artefactos textuais que permitem constituir um comentário literário excluem a multiplicidade. Esta desafia a interpretação, o gosto e a paciência.

O conjunto de textos que aqui apresento trata de desafiar este ordenamento das práticas interpretativas. Para os autores incluídos nesta colectânea, as multiplicidades não são o Outro da sociologia; estão, pelo contrário, bem no seu centro. A unidade deste livro reside parcialmente, e paradoxalmente, no questionamento das entidades unificadoras da medicina tais como foram construídas pela sociologia e antropologia da medicina desde os anos 50: a profissão médica, a tradição médica ocidental e a ciência que a suporta, e o paciente (ver introdução dos organizadores, Berg e Mol: 3-7). Outro elemento que talvez permita unificar estes textos emerge das metodologias utilizadas pelos autores para os produzir. A paixão etnográfica pelo detalhe e pela complexidade conduz a uma multiplicação temática, teórica e ontológica.

Cada um destes artigos narra a existência de mundos sócio-técnicos diferentes: a produção médica da transsexualidade (S. Hirschauer); a cirurgia fetal (M. Casper); a medicina ocupacional (N. Dodier); o programa de despieste do cancro do colo do útero (V. Singleton); as medicações para a asma (D. Willems); o desenvolvimento da medicina da dor (I. Baszanger); os diagnósticos e tratamentos da arterioesclerose (A. Mol); os tratamentos para a infertilidade (C. Cussins); a produção de um sistema de classificação de actos de enfermagem (S. Timmermans, G. Bowker e S. L. Star); e a implementação de um protocolo de acção médica (M. Berg). Em todos estes mundos, os autores descobrem diferenças e multiplicidades: diversidades de modos de «fazer» a arteriosclerose ou a asma; oscilação fun-

cional entre a estabilidade do programa de despite do cancro do colo do útero (ou do sistema de classificação dos actos de enfermagem) e as instabilidades da sua execução; as diferenças no interior das práticas médicas da cirurgia fetal e das terapêuticas da dor.

Como fazer, então, a recensão de um livro que faz da multiplicidade o seu denominador comum? Penso que uma das respostas possíveis a essa pergunta resulta da exploração do sentido deste uso do conceito de multiplicidade tal como me parece que é feito pelos autores. É nesse sentido que, quanto a mim, reside a importância destas propostas, tanto para a sociologia e antropologia médica como para a forma de teorizar em sociologia. Para o compreender, é necessário colocar lado a lado os elementos que permitem a estes a estes autores contar pequenas histórias sobre grandes questões da teoria social. Estes elementos são: o interesse pela heterogeneidade dos processos sociais; o uso de esquemas relacionais que lhes permitem pôr em relação os elementos humanos e não-humanos (técnicas, artefactos, etc.) da heterogeneidade sem recorrer a soluções fundacionalistas; e o estudo das práticas, não enquanto manifestação de vectores culturais, mas como realização própria dessa cultura («performance»). Deste modo, é possível a alguns destes autores propor uma alternativa ao «modelo de representação» que tem dominado a sociologia e outras ciências sociais. Este modelo, filiado na epistemologia moderna, assenta na produção de um corte ontológico entre sujeito e objecto. Ao preferirem o estudo de «híbridos» (quase-objectos e quase-sujeitos) à descrição de «puros objectos» e «puros sujeitos», estes autores definem-se como continuadores das tradições sociológicas saídas dos estudos sociais da ciência e tecnologia, principalmente da chamada teoria do actor-rede — *Actor-Network Theory* (B. Latour, M. Callon, J. Law) — e das suas interferências com a teoria dos mundos sociais (A. Strauss,

H. Becker, A. Clarke) e com a etnometodologia (H. Garfinkel, M. Lynch).

Estes elementos transformam as habituais dicotomias existentes na teoria social (sociedade/natureza, natureza/cultura, sujeito/objecto, corpo/mente) em «tópicos» de investigação. Assim, objectos como a dor, a arteriosclerose ou o cancro do colo do útero são vistos como *produtos* de negociações entre técnicas, instrumentos, medições, saberes, competências, procedimentos: *intervenções*. De igual modo, os actores humanos destas histórias (ou sujeitos) surgem como *efeitos relacionais* das mesmas negociações, de *práticas*. Aqui, é especialmente relevante a contribuição de C. Cussins, «Ontological Choreography: Agency for Women Patients in an Infertility Clinic» (166-201). O seu estudo revela que a participação em instâncias de objectificação no processo de tratamento da infertilidade contribui decisivamente para que as mulheres que por eles passam se constituam como sujeitos discricionários. No entanto, para que tal aconteça, é necessário que a relação entre a parte do corpo objectificada pelas tecnologias (ultra-som, cirurgia diagnóstica ou laboratório) e a doente seja actualizada continuamente através dos materiais mais diversos. A separação entre a doente e o seu corpo aparece então como resultado da dissociação entre os elementos que constituem a sua motivação e os elementos que participam no tratamento. A «coreografia ontológica» permite que as diversas configurações de actores se ordenem em relação a um vector comum, a doente e a sua família. Só assim é possível que as diversas «ordens» desempenhadas («performances») nas clínicas de infertilidade se coordenem.

O texto de C. Cussins participa de igual modo numa das ambições que organizam esta colectânea. Ao focar a sua atenção nas relações concretas que permitem o diagnóstico, tratamento e acompanhamento médico, os autores deparam com um conjunto de diferenças no ordenamento da

doença humana. O trabalho de descrição destas práticas ilustra o modo como elementos mais ou menos standardizados (tecnologias, procedimentos clínicos ou administrativos, etc.) são transformados ao entrar em codependência com outros actores na produção de especificidades. Cada uma destas especificidades, ou diferenças, constitui uma «ordem», no sentido sociológico do termo. Em «Missing Links, Making Links: The Performance of Some Atheroscleroses» (144-165), A. Mol descreve dois modos específicos de *fazer* a arteriosclerose, a clínica e a patologia: a primeira emerge das situações de interacção entre médico e paciente, a segunda de pipetas, microscópios, etc. Para A. Mol, estes não são dois modos de *representar* a arteriosclerose, mas sim dois modos de existência da mesma. A sua investigação centra-se, então, em tentar descobrir os modos de coordenação entre estas múltiplas ordens *sociotécnicas*. É assim também que acontece no trabalho de S. Hirschauer, em que as distinções entre sexos do mundo social ordinário (*life-world*) actuam como pontes de ligação entre as várias formas de *fazer* a transsexualidade (psiquiatria, endocrinologia e cirurgia), ou no de S. Timmermans, G. Bowker e S. L. Star, onde se descrevem as árduas negociações necessárias para que um sistema de classificação coordene vários contextos sócio-técnicos.

Para os autores incluídos nesta colectânea, como para Bruno Latour, «a ordem não é extraída da desordem, mas de várias ordens» (Latour, «Irreductions» in *The Pasteurization of France*, Cambridge, CUP, 1988: 161). Os autores estão interessados em compreender a complexidade política destes ordenamentos precários. Em «Working on and around Human Fetuses: The Contested Domain of Fetal Surgery» (28-52), M. Casper estuda as dinâmicas de cooperação e conflito entre várias práticas existentes no seio de cirurgia fetal, com o objectivo de descrever as forças contingentes que constroem um «novo» paciente, o

feto humano. Esta posição permite-lhe acompanhar as transformações da *política do corpo* e da reprodução incluídas neste desenvolvimento médico-tecnológico, nomeadamente o que este implica para as experiências de gestação humana no mundo contemporâneo. Os corpos e as subjectividades humanas resultam assim da sua inclusão nesta política confusa, numa política-das-coisas, como ilustra de forma superior o artigo de C. Cussins já analisado.

No entanto, as formas discursivas aqui praticadas escapam parcialmente ao que L. Boltanski e L. Thévenot chamaram «denúncia», um passo de mágica que permite revelar os verdadeiros interesses por detrás de qualquer processo político através da interpretação de uma forma de julgamento recorrendo a outra forma diferente (L. Boltanski e L. Thévenot, *De la justification*, Paris, Gallimard, 1991). Assim, em sociologia médica, é possível fazer a denúncia da tendência desumanizadora da medicina contrapondo-a a uma moral de experiência do corpo baseada na fenomenologia. A proposta dos autores desta colectânea estrutura-se, alternativamente, na possibilidade de *interferência*. Em certo sentido, os seus estudos são já a realização dessa possibilidade, pois demonstram a contingência dos cruzamentos das diversas *performances* do corpo. Estes textos são, assim, profundamente políticos.

Este envolvimento dos autores nos processos de transformação social que investigam talvez seja o último elemento agregador das contribuições aqui reunidas. A sua participação nestas transformações e práticas dá-se a dois níveis: por um lado, através da abertura que impõe a assuntos normalmente considerados «difíceis» pelos não-especialistas, por outro, através da colaboração que desenvolvem com os especialistas nos campos que estudam. O ensaio de M. Berg, «Order(s) and Disorder(s): of Protocols and Medical Practices» (226-246), será talvez o mais exemplar desta tendência. As conclusões acerca do

modo como protocolos que pretendem *racionalizar* a acção médica são integrados nas práticas, confusas, não-lineares e distribuídas, de diagnóstico e tratamento estão intimamente ligadas ao seu trabalho de construção de protocolos alternativos. Estes autores assumem plenamente o carácter político dos seus trabalhos. Situa-se, assim, numa posição de igualdade em relação àqueles que estudam. Tal posicionamento foge ao que as metodologias tradicionais nos ensinaram. Neste sentido, estes textos não podem ser lidos como instâncias de representação; devem, isso sim, ser lidos como *performances*.

No seu todo, esta colectânea dá-nos uma imagem muito diferente do que é fazer sociologia da medicina e, porventura, do que é fazer sociologia. Fortemente informada pela atenção dada pelos seus estudos da ciência e tecnologia à «micropolítica» da produção de representações, estes autores sugerem que fazer sociologia e fazer política não são coisas diferentes. A disponibilidade destes autores para se envolverem com os objectos que estudam permite-lhes estar atentos às transformações induzidas nos seus valores e interesses pela sua participação nesses contextos específicos. Essas transformações são, aliás, consideradas parte do trabalho de campo e não representam um qualquer desvio às intenções motivadoras desse trabalho. Interessados na complexidade política do que estudam, as modulações das suas próprias crenças no processo de investigação constituem material significativo dos pontos de vista sociológico, social e pessoal. Com a sua narrativa sobre a existência de dois modos de construção do mesmo programa de despiste do cancro do colo do útero, V. Singleton procura também compreender a sua própria experiência de participar como doente nesse programa («Stabilizing Instabilities: The Role of the Laboratory in the United Kingdom Cervical Screening Programme»: 86-104). Mais do que uma recusa retórica da distanciação,

estes textos funcionam como uma ilustração da riqueza sociológica que as relações de implicação com o objecto podem fazer surgir.

Um dos aspectos mais determinantes para que essa riqueza seja evidente na leitura é o facto de todos estes textos nos contemplarem com os detalhes das interacções em contextos médicos: conversas, gestos, pequenos ajustamentos, sorrisos. São esses pequenos detalhes que uma recensão como esta não pode restituir. São eles que constituem a «paixão» deste livro e a que os autores dedicam a maior parte da sua atenção. Eles descrevem-nos «mil pequenas medicinas» em vez de uma Medicina universal e redutora, e realizam, na sociologia médica, os sonhos multiplicadores que Deleuze e Guattari formularam em relação às teorias da sexualidade (Deleuze, G., Guattari, F., *Mille Plateaux*, Paris, Minuit, 1973). Talvez por isso, a leitura desta colectânea raramente se torne difícil ou pesada. Há sempre qualquer coisa nova, diferente, ao virar da página. Talvez por isso esta recensão só possa ser um elogio. ■

Tiago Moreira

Paul Teague, *Economic Citizenship in the European Union: Employment Relations in the New Europe*, London/New York, Routledge, 1999, xi+228pp.

Surgindo na sequência de trabalhos anteriores de Paul Teague sobre as relações laborais no contexto da integração europeia, *Economic Citizenship in the European Union* sustenta que o modelo europeu tradicional de cidadania económica se encontra numa grande tensão, carecendo, como tal, de ser reformado nalguns aspectos importantes. A forma como se aborda

esta constatação passa pela tentativa de articular «cidadania económica» e «relações de emprego». Como ponto de partida, sugere-se que as relações laborais são uma importante dimensão da cidadania económica, definindo-se esta pela estreita ligação ao Estado-nação, pois as regras, obrigações, direitos e privilégios subjacentes às relações laborais assentam numa identidade nacional (p. 12).

A obra está estruturada em três partes. Na primeira parte, procede-se a um levantamento das tensões emergentes entre as instituições de relações laborais e as *performances* do mercado de trabalho. Dos três capítulos que a compõem, conviria destacar os dois primeiros. O primeiro capítulo, por fornecer uma visão de conjunto da obra e por transmitir aos leitores o propósito firme de realçar desenvolvimentos comuns a todos os sistemas nacionais de relações de emprego: a necessidade de adaptação a um novo modelo de cidadania económica distinto do do pós-guerra; o facto de os governos nacionais estarem a reformar as instituições do mercado de trabalho na ausência de uma visão clara de uma Europa Social renovada; ou ainda, o facto de ser cada vez menos convincente falar na reforma dos sistemas nacionais de relações laborais sem acentuar a importância da integração europeia (pp. 7-8). Sobressai neste capítulo a referência às pressões que se abatem sobre as principais esferas que constituem os sistemas de relações laborais na Europa – *regulação* (jurídica), *voz* (de opinião ou expressão) e *cognição* (educação ou formação) – e que, portanto, se exercem sobre o modelo de cidadania económica na Europa.

O segundo capítulo confirma a descrença de Teague no papel da flexibilidade e da coordenação enquanto instituições do mercado de trabalho. Reflectindo o estado de espírito do autor, este capítulo procura identificar tendências dominantes nas relações laborais, parecendo reforçar frequentemente a ideia de que tais tendências

assentam na fractura de algo. A indefinição como tendência é exemplificada pela adopção da expressão «modelo social vagamente definido» (p. 58). Como diz, «as relações laborais europeias são apanhadas algures entre a coordenação e a flexibilidade: criou-se um hiato entre o sistema de governo dos mercados de trabalho em muitos países europeus e os desenvolvimentos económicos, sociais e comerciais de base» (p. 58).

A segunda parte de *Economic Citizenship in the European Union* debate criticamente os projectos alternativos que se foram constituindo na Europa como forma de revitalizar a cidadania económica. No quarto capítulo, é analisada a viabilidade de uma «Europa das Regiões» como possível nova ordem institucional para as relações laborais europeias. Mas Teague selecciona ao longo do capítulo as razões pelas quais os sistemas de mercados de trabalho regionais não são nem factíveis nem desejáveis, analisando os efeitos perversos associados às influências políticas, monetárias e produtivas que encorajam um projecto regionalista (pp. 88 e ss.). A convicção de que uma mudança para o nível regional poderia pôr em causa importantes dimensões de protecção social alcançadas no plano nacional ou atenuar a importância do Estado-nação nas relações laborais (p. 104) pode resumir-se na ideia (recuperada na terceira parte do livro, pp. 154, 158) de que «problemas de escala e heterogeneidade tornam o corporativismo europeu impossível» (p. 93).

No quinto capítulo, embora menos crítico das alternativas que no anterior, o autor procede a um rico levantamento dos factores que questionam a efectividade das políticas activas do mercado de trabalho associadas ao «novo keynesianismo». Segundo Teague, é preciso um esforço maior no sentido de associar medidas activas de emprego a uma mais ampla batalha contra a exclusão social na Europa.

A terceira parte da obra discute as relações entre a integração europeia e a cida-

dania económica. Percebe-se que a intenção do autor é identificar as alternativas às alternativas que enunciou na segunda parte da obra para lidar com as pressões que incidem sobre a cidadania económica. Porém, nos dois capítulos iniciais desta parte, só a espaços se cumpre esse objetivo. Nomeadamente, no sexto capítulo, depois de recuperar a evolução da política social da União Europeia e do diálogo social europeu, propõe-se uma «política social de simbiose» entre medidas para o mercado de trabalho na União Europeia e os sistemas nacionais de relações laborais (p. 160). Porém, ao identificar os efeitos perturbadores que se colocam a essa política, o autor acaba por dar continuidade à linha argumentativa da primeira e segunda parte da obra.

Por seu lado, também no sétimo capítulo, em que são realçados os impactos negativos da União Monetária sobre a Europa Social, apenas ressalta a predisposição para aceitar um conjunto limitado de reformas pragmáticas – procurar que os Estados membros da União Europeia afetem parte do seu PIB a matérias de bem-estar; evitar os cortes salariais como forma de *dumping* social; criar uma acrescida flexibilidade fiscal na nova «zona euro» – que façam da «zona euro» algo de socialmente aceitável (p. 185) e criem condições para que a integração europeia modernize a Europa Social e a cidadania económica (p. 187). Os exemplos da introdução de um capítulo sobre o emprego no Tratado de Amsterdão ou da assinatura do Capítulo Social por parte do Governo britânico de Blair são passos positivos recentes que não podem ser descurados. Mas, como já referi, tal como no sexto capítulo, são aqui igualmente criticadas outras propostas de caminhos a seguir, parecendo confirmar-se mais os sinais de descrença na reconstrução de um modelo de cidadania económica do que sinais de confiança na sua renovação.

O oitavo capítulo inicia-se precisamente acentuando esse aspecto. No entanto, é

nele que se procura discutir com mais detalhe um novo modelo de cidadania económica. Sugestivamente intitulado «refazer a cidadania económica na Europa», este capítulo recupera de novo o argumento central da obra: a cidadania económica é atravessada por «problemas de funcionalidade económica e coerência social» (p. 189). São ensaiadas finalmente, porém, as inovações a seguir em torno de três importantes temas: a criação de uma agenda democrática para a União Europeia (visando: fechar o défice de coordenação; levar a subsidiariedade a sério; promover uma atitude de aprendizagem com algumas experiências como o Comité de Regiões, a Directiva sobre Conselhos de Empresa Europeus ou a política de emprego); uma associação entre Estado-nação e cidadania económica, já desejada no início da obra, e agora de novo reclamada, «pois as fronteiras nacionais continuam a interessar para a inclusão social e o sentimento político continua a interessar para a cidadania» (p. 200); e uma reforma institucional que passe por uma revisão das três esferas (regulação, voz e cognição) dos sistemas nacionais de relações laborais enunciadas no primeiro capítulo, porque a própria negociação colectiva deve ser olhada presentemente com outros olhos, isto é, virada para a utilização de uma linguagem mais *soft* e para a promoção das noções de parceria e de consenso (p. 207). Neste sentido, o último capítulo bem poderia ser considerado um capítulo à parte.

A terceira parte da obra confirma também o favorecimento de uma *via per mezzo* presente ao longo de vários passos concretos (cf. pp. 49-50; 101; 163; 189). Quase a terminar a obra, ao enunciar um leque de dilemas com que os governos se confrontam por toda a Europa – inclusão/exclusão, centralização/descentralização, público/privado – não estará Teague a cair no reducionismo do pensamento binário de Streeck (o autor com quem, por sinal, mais dialoga ao longo da obra, cf. 32; 34; 150; 162; 163;

197; 208; etc.), que ele próprio denunciara no final do sexto capítulo (p. 163)? Assim sendo, a indefinição como tendência (registada sobretudo no capítulo 2) parece ceder lugar à indefinição como alternativa, ou não fossem os dilemas «o reflexo da incerteza profunda que existe sobre como gerir a complexidade dos modernos mercados de trabalho» (p. 207).

236

Outros pontos deveriam ter sido mais bem acautelados na obra. Por um lado, e ainda que não se trate de um livro teórico, ter-se-ia justificado uma melhor clarificação das expressões «relações de emprego» e «relações laborais», pois embora se perceba que as segundas são analisadas a partir das primeiras, o modo como são expostas indistintamente pode suscitar algumas dúvidas nos leitores menos atentos. Por outro lado, a própria noção de «cidadania económica» justificaria um tratamento teórico mais atento, de modo a fazer jus ao propósito da sua melhor percepção num quadro de integração europeia. Por outro lado ainda, se a intenção do autor era ir ao encontro da identificação de características comuns nas relações laborais, poderia ter

destacado, do ponto de vista da esfera laboral, um desafio que encerra um debate há muito reclamado pelos actores sindicais transnacionais, embora não concretizado: o debate sobre os padrões laborais mínimos (*labour standards*) como parte integrante dos acordos de comércio internacional.

Os sinais de indefinição patentes na obra não deverão ser vistos, porém, como uma crítica ao autor, pois são a expressão de um olhar atento ao ritmo das transformações sociais. Admitindo que a identificação de problemas é uma condição *sine qua non* para a busca de soluções ou, como refere Teague de modo mais prudente, para a criação de condições que permitam edificar soluções (p. 190; 192), esta obra é exemplar a esse respeito. Por outro lado, o modo acessível como está redigida, a sua actualidade e a particularidade de manter o leitor constantemente informado da linha argumentativa sustentada pelo autor capítulo a capítulo são elementos bastante positivos que fazem de *Economic Citizenship in the European Union* uma obra muito recomendável. ■

Hermes Augusto Costa